



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/01/2013



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 9
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	10
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	11 - 14
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. SEM ASSUNTO.....	15 - 18

TJMA vira a 4ª Corte do país em serviços

Geral 8

Judiciário maranhense é o 4º melhor do país, segundo CNJ

Desembargador Guerreiro Júnior enumera avanços conquistados no Tribunal de Justiça do Maranhão no ano passado, que resultaram em um destaque maior do estado entre os TJs do país, passando de 26º para o 4º lugar

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) conquistou, em 2012, marco inédito em sua história bicentenária. Deixou o incômodo 26º lugar entre os Tribunais de Justiça e se tomou a quarta referência no país - e primeira no Nordeste - entre os TJs com melhor movimentação processual e produtividade. "Conseguimos ótimo conceito no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e, sobretudo, obtivemos crescimento efetivo na produtividade e qualidade de serviços", analisa o desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ao fim do seu primeiro ano na presidência do TJMA.

O relatório "Justiça em Números", do CNJ, em sua edição 2012, trouxe pela primeira vez o Maranhão em destaque nacional quanto a indicadores judiciais. O documento aponta que o TJMA obteve resultados positivos em quatro índices, considerando 1º e 2º graus. O total de processos baixados em 2011 foi superior em 3% ao de casos novos no Tribunal, com aumento da ordem de 79% em 2011 em relação ao ano anterior. Outra boa referência foi a baixa da taxa de congestionamento - percentual de processos que não foram solucionados durante o ano -, que mostrou redução de 13 pontos em relação a 2010.

Os tribunais de Justiça do Maranhão e de São Paulo, por exemplo, foram os mais eficientes pelo critério de correlação entre total de processos baixados e computados por usuário, aponta o relatório do CNJ. Na relação População e Recursos Humanos, o TJMA ficou entre os tribunais que possuem menor quadro de magistrados (4.1) e de servidores (72) por 100 mil habitantes.

Ações - Para o Tribunal de Justiça, 2012 também foi referencial em outras ações. Na área de Engenharia, houve construção, reforma, ampliação, manutenção e projetos em dezenas de unidades administrativas e jurisdicionais no estado. Os serviços de reforma chegaram a 22 comarcas e 14 juizados de São Luís.

Há fóruns em construção em Magalhães de Almeida, São Bernardo, Poção de Pedras, Riachão, Pio XII, São Francisco do Maranhão, Santa Rita e Santa Luzia do Paruá. Os fóruns de São Pedro da Água Branca, Presidente Dutra, Cidelândia, Vitorino Freire, Santa Helena, Açailândia e Imperatriz têm projetos arquitetônico e estrutural prontos. Os fóruns de Poção de Pedras, Santa Quitéria e Balsas entram na lista de reformas emergenciais.

Segunda maior comarca do estado, Imperatriz recebe terraplenagem no terreno onde será erguido o novo fórum. A construção do prédio projetado para receber 50 juizes terá início este ano.

Na capital, o TJMA investiu R\$ 17.593.250,98 na reforma de 5.517m² de espaço operacional em varas, juizados, gabinetes de magistrados e setores administrativos, e R\$ 860.457,77 em manutenção predial e pequenos serviços. O 2º Juizado Cível e das Relações de Consumo, no campus da Uema, por exemplo, teve a sua estrutura física revista e recuperada.

O fórum da capital recebeu adequação de instalações e obras complementares de instalação de forros, pisos, esquadrias e divisórias e do novo prédio anexo. O Judiciário providencia reforma a quatro prédios históricos em São Luís, que irão comportar setores administrativos do Tribunal. "Este ano vamos inaugurar as obras efetivamente prontas e construir fóruns em comarcas onde não há mais condições de funcionamento adequado, e daremos continuidade à reforma e manutenção de prédios do Judiciário na capital e no interior", antecipa Guerreiro Júnior.

Conquistas - Na esfera institucional, a gestão exibe relação de conquistas importantes e consolidadas na sua retrospectiva 2012. Guerreiro Júnior conseguiu viabilizar três novas vagas de desembargador (duas já ocupadas, e uma terceira à espera de definição da OAB), anunciou 10 varas judiciais em São Luís e São José de Ribamar (com instalação confirmada este ano) e convocou mais de 600 servidores aprovados em concursos anteriores.

O Judiciário inaugurou cinco Centros de Solução de Conflitos Judiciais (quatro em São Luís e um em Imperatriz), levou a público a exposição "A Justiça e a Cidade" (em homenagem aos 400 anos da capital) e abriu inscrições de concurso com 31 vagas para juizes e cadastro de reserva (com provas agora em 2013).

Em junho, o presidente entregou o primeiro DataCenter do Judiciário (onde estão guardadas as informações sobre os sistemas judiciais e administrativos). Um dos mais modernos do Maranhão, o centro de processamento de dados ganhou ampliação para atender demandas crescentes.

Lançamento de portal foi destaque

O novo portal do Judiciário (www.tjma.jus.br), lançado em julho, permitiu idêntico destaque a serviços e notícias do Tribunal de Justiça, Corregedoria e Escola da Magistratura (Esmam). Para facilitar a busca dos usuários, páginas atualizadas com novas funcionalidades e com cores diferentes. Os assuntos administrativos (atos administrativos) foram separados do judicial (consulta processual) e da legislação.

Coube ao TJMA, ainda em julho, ser o primeiro órgão do estado - e um dos primeiros do país - a inaugurar o "Portal da Transparência", de acordo com exigência do CNJ. Estão ali disponíveis ao cidadão informações sempre atuais sobre a execução orçamentária e financeira, inclusive salários e van-

tagens recebidos por magistrados e servidores.

Tem destaque ainda entre as realizações a Comissão Permanente de Segurança Institucional, criada em setembro. Planejar e executar a política de segurança dos juizes e servidores do Judiciário é o objetivo do grupo de trabalho formado por magistrados e militares.

"Todos os momentos da gestão são muito importantes, mas lembro com carinho de três, em especial: o crescimento qualitativo da Justiça de 1º e 2º graus do Maranhão, a parceria com o Unicef que permitiu portaria minha a juizes para que proibam a emissão de alvarás para exploração do trabalho de menores de 16 anos (assinada em 18 de maio, Dia Internacional

de Combate à Violência Sexual contra Criança e Adolescente) e as medidas de valorização do servidor judiciário", resgata o presidente.

Cursos de aperfeiçoamento profissional, reajuste considerável nos valores dos auxílios alimentação e saúde, aumento do número de servidores beneficiados pela Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) e fixação do pagamento de salários no dia 20 de cada mês também foram lembrados por Guerreiro Júnior.

O TJMA desembolsou R\$ 6 milhões em dezembro com a GPJ. O quantitativo de servidores contemplados com a gratificação teve salto gigante em relação a 2011: reuniu 1.874 servidores em atividade na capital e no interior, contra 1.200 naquele ano.

Portal do Judiciário

The screenshot shows the website interface for the Poder Judiciário do Estado do Maranhão. The browser address bar displays www.tjma.jus.br. The page features a navigation menu with links for 'Tribunal de Justiça', 'Corregedoria da Justiça', and 'Escola da Magistratura'. A search bar is located at the top right. The main content area displays a news article titled 'Diretor da ESMAM recebe comenda da Procuradoria Geral do Maranhão'. The article includes a photograph of a man in a suit and a text block describing the award. Below the article, there are three smaller news items with dates and titles: 'Projeto do Judiciário incentiva a leitura na rede estadual de escolas' (04 Jan 2013), 'Juizado de Pedreiras inicia Correição Geral Ordinária na Justiça do Maranhão' (04 Jan 2013), and 'Seminário revela trabalho pioneiro no tratamento a...' (11 Dec 2012).

“

Conseguimos ótimo conceito no CNJ e, sobretudo, obtivemos crescimento efetivo na produtividade e qualidade de serviços

Desembargador Guerreiro Júnior, presidente do TJMA



O desembargador Guerreiro Júnior, entre os novos desembargadores Vicente de Paula Gomes de Castro e Kléber Costa Carvalho

“

Vamos inaugurar as obras efetivamente prontas e construir fóruns em comarcas onde não há mais condições de funcionamento adequado”

Números

3

Novas vagas de desembargador foram viabilizadas em 2012

600

Servidores aprovados em concursos foram convocados no ano passado



Presidente do TJ, ao lado do desembargador Lourival Serejo, durante a abertura da exposição "A Justiça e a Cidade": homenagem

Viva a meritocracia!

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ - divulgou mais um resultado do programa "Justiça em Números", referente ao ano de 2011. Neste, se comparado com os números do ano anterior, o Poder Judiciário Estadual avançou.

Como o interesse do público é quanto à produtividade dos magistrados, vou destacar somente estes números, com relação à magistratura de 1º Grau, pois é nesta que tramita a maioria esmagadora dos processos.

No ano de 2010, a taxa de congestionamento de processos foi de 72% e detínhamos o incômodo 11º lugar, em relação aos demais tribunais estaduais. No ano de 2011, a taxa caiu para 57% e passamos a figurar no 5º lugar dos menos congestionados.

Noutras palavras, hoje a magistratura de 1º Grau - juízes que labutam nas varas e juizados - conseguiram diminuir o congestionamento de tal maneira, que estamos entre os cinco melhores, no universo de vinte e sete tribunais.

Esses números demonstram, por certo, que no ano de 2011 os magistrados se empenharam acima da média, visando conferir uma prestação jurisdicional mais célere. Mas esses números também dizem que o planejamento estratégico e, notadamente, a gratificação por produtividade judiciária, instituída naquele ano, na gestão do então presidente Jamil de Miranda Gedeon Neto, é uma ferramenta que funciona e que o caminho escolhido está certo.

A gratificação por produtividade, que, em apertada síntese, pode ser chamada de 14º salário, visa reconhecer o mérito dos servidores das secretarias judiciais, gabinetes e de algumas áreas administrativas, que se destacam no cumprimento de metas e as superam.

Observamos que essa gratificação é paga somente aos servidores - em nenhuma hipótese aos magistrados - a considerar que, se, por um lado, é sabido que a atividade do juiz é imprescindível à distribuição da Justiça pelo Estado; por outro, sem dúvidas, o juiz não conseguiria, sozinho, tornar efetiva a prestação jurisdicional, pois são os servidores quem tornam concretas as determinações, na promoção dos atos necessários ao curso regular do processo.

De igual maneira, para que magistrados e servidores dessas unidades consigam atingir melhores resultados, é importante que as unidades administrativas estratégicas do Tribunal funcionem a contento. Por esse motivo, a gestão passada decidiu incluir o quadro administrativo de algumas áreas na competição pela gratificação - diga-se de passagem, de forma única no Brasil, em termos de Poder Judiciário.

Na fixação das metas, tanto para as unidades judiciais, quanto para as administrativas, o planejamento estabeleceu como critério a possibilidade de medição da meta e, com relação às unidades administrativas, o impacto que estas representavam na consecução da missão do Poder Judiciário.

Enfim, no final do ano de 2011, com grande festa, o Tribunal premiou os primeiros servidores com essa gratificação, tendo como critérios de medição e apuração a maior produtividade da unidade judicial e a menor taxa de congestionamento dentro do grupo, com relação às secretarias judiciais e gabinetes dos desembargadores; e o cumprimento das metas fixadas, com relação às unidades administrativas.

Este ano, na segunda edição, a disputa continuou e os servidores das unidades vencedoras inclusive já receberam a gratificação. Isso é muito bom e tenho a convicção que, quando da próxima edição do "Justiça em Números" no ano de 2013, referente à produtividade do ano de 2012, os números serão ainda melhores em termos de aumento de produtividade e diminuição da taxa de congestionamento.

Porém, no intuito de colaborar para que essa proposta nunca seja abandonada, mas sim aprimorada, quero registrar minha preocupação com a não realização da festa este ano, com o pagamento de unidades administrativas independente do critério de medição e com a possibilidade aventada de, no próximo ano, estabelecer metas fixas, sem disputa.

Pesquisas indicam que, ao longo do tempo, o reconhecimento obtido pelo servidor vencedor se mostra mais importante do que o acréscimo salarial. O reconhecimento não se esquece e torna o servidor cada vez mais motivado e desejoso de repetir a experiência; já o acréscimo, dura o tempo em que durar o vil metal, sendo esquecido após ser gasta a última moeda. Por tudo isso, fazer festa, dando visibilidade àqueles que conseguem fazer a diferença, parece-me imperioso.

Afinal, como ensina a Teoria de Maslow, no ápice da pirâmide das necessidades humanas, merecem destaque a "auto-estima" e a "auto-realização", enquanto que as necessidades relacionadas à sobrevivência material estão na base.

Quando na gestão passada iniciamos a discussão sobre a forma de pagar essa gratificação, depois de conhecermos as experiências de outros tribunais, ficou claro que o Tribunal que adotou meta fixa, não aconteceu aumento de produtividade digno de nota; ao passo que, aonde há meta e disputa, como no Tribunal de Sergipe, os resultados são significativos. Tanto é assim, que hoje esse Tribunal detém as melhores colocações na pesquisa mencionada.

Comprovadamente, quando a pessoa não tem meta, faz o mínimo possível; quando tem uma meta, tenta alcançá-la; mas, quando além da meta tem o desafio de ser o melhor, ele se supera. Logo, a meta fixa, com automático direito à gratificação, tende a acomodar o servidor, tão logo a consiga.

Acontece que a Justiça começou a pensar em gestão estratégica há pouco tempo e as nossas deficiências, de longos anos, são imensas. Portanto, para superar esse quadro, ao que me parece, a gestão deve almejar o desafio, a superação, só alcançada com a disputa positiva pelo reconhecimento do mérito.

Por fim, lembro que a gratificação proposta não é e nem pode ser encarada como mais uma gratificação a ser paga ao servidor público. Ao fim e ao cabo, a gratificação por produtividade tem como objetivo fazer com que a Justiça julgue em tempo razoável, fonte primária da insatisfação da sociedade. Assim, em última análise, essa gratificação só tem motivo de existir, se não perdermos esse foco.

Digo isso, pois me causa espécie saber que algumas unidades administrativas, cuja medição é impossível e que, a despeito de desenvolverem funções importantes, não desempenham atividades estratégicas, foram premiadas.

Ora, o nome é planejamento "estratégico", não porque a segunda palavra soa bem, mas sim porque, para que o planejamento tenha sucesso, deve se voltar para as atividades estratégicas e que irão impactar nos objetivos desejados.

Afora isso, é sempre importante não perder de vista que o gestor público tem de tratar o dinheiro do povo, com parcimônia, não podendo ser pródigo na utilização da receita dos impostos. Bondade se faz com dinheiro próprio.

Em suma, se os magistrados e servidores do Poder Judiciário Estadual não tiverem essa percepção, temo que a gratificação não ajudará a conseguir o propósito maior e não será nenhuma surpresa se a sociedade, real destinatária da bonificação, peça no futuro a sua extinção.

Juíza de Direito
E-mail: sonia.amaral@globocom

Punições do CNJ

O Conselho Nacional de Justiça puniu em 2012 seis magistrados com a aposentadoria compulsória, a mais alta punição para um juiz.

Neste ano, também, estão

abertos onze processos administrativos e disciplinares contra magistrados.

Desses procedimentos em curso, dois são de juízes do Maranhão.

- **A OAB** deve encaminhar ao Tribunal de Justiça, em fevereiro, a lista com os seis candidatos a desembargador pelo quinto constitucional.

ZPE, salários e expectativas

São vários os assuntos de peso que ocupam as páginas desta edição, começando pela informação auspiciosa segundo a qual São Luís deve ganhar uma Zona de Processamento e Exportação (ZPE) em 2013. A seara política avalia a primeira semana do sr. Edivaldo Júnior (PTC) à frente da Prefeitura de São Luís, como também mostra o desafio de colocar em ordem a rede de ensino da capital. A Justiça estadual, por seu presidente, faz um balanço positivo, enquanto no interior surge mais uma região onde o turismo começa a deslanchar: a Chapada das Mesas. E, para fechar, o jornal publica a lista dos aprovados no concurso da Segurança Pública.

A ZPE é um projeto que, depois de anos e anos procrastinado pelos mais diferentes empecilhos, volta agora com toda força e sua implantação deve ser iniciada até o fim deste ano. O melhor exemplo de ZPE no mundo está na China, que começou a sua radical guinada para o capitalismo, criando exatamente zonas de processamento e exportação em pontos estratégicos do país, e que aos poucos se transformaram em bolsões industriais tão dinâmicos

que atraíram capitais de todo os continentes e transformaram um país pobre na maior economia do planeta. São Luís, com sua estrutura portuária e suas ligações com o resto do mundo é considerada um polo ideal para uma ZPE.

Num outro universo da cidade, o político, o novo prefeito se debate com problemas os mais diversos, tendo surpreendido o funcionalismo e toda a população a proposta de pagar o mês de dezembro dos servidores em três parcelas, algo inédito na vida administrativa da capital. Ganhou o apoio de sindicatos de categorias específicas, com menor poder de fogo, mas foi freado pelo maior deles, representativo de todas as categorias, que se reunirá terça-feira para decidir o que fará diante da proposta. É provável que aceite o parcelamento, mas o simples fa-

O ajustamento da rede municipal de ensino está entre os maiores desafios do novo governo

to de não ter embarcado na primeira chamada e fixar prazo para reunir e decidir funcionou como um recado de que não será puxado "pelos beijos", como se diz na gíria municipal.

No plano das notícias positivas, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior avalia que 2012 foi um ano muito produtivo no Poder Judiciário do Maranhão. Naquele exercício, o Tribunal de Justiça ganhou três novos desembargadores, acelerou o andamento de processos tanto no primeiro quanto no segundo grau e ampliou o sistema de informatização, tornando bem mais rápida e eficiente a tramitação de ações. Independente das informações divulgadas por sua assessoria, o processo de modernização do Judiciário

maranhense é visível e reconhecido.

O ajustamento da rede municipal de ensino está entre os maiores desafios do novo governo. Para começar, o ano letivo de 2012, devido a problemas graves que atingiram o setor naquele ano, ainda não terminou para grande parte das escolas. Esse descompasso impede a elaboração de um calendário escolar dentro da normalidade. Antes de qualquer iniciativa, o ano letivo tem de ser concluído, para que, a partir de então, se possa estabelecer roteiro anual de aulas e férias. Além do mais, há muitas escolas em estado deplorável de conservação, o que exigirá providências nesse sentido.

Em meio a tudo isso, o leitor de **O Estado**, que está também com a atenção voltada para a Venezuela, terá informações atualizadas a respeito do que está acontecendo no circuito Caracas-Havana, onde o presidente Hugo Chávez estaria entre a vida e a morte, o que torna incerto o futuro político e institucional daquele país.

Uma boa leitura.

CASO DÉCIO SÁ

Testemunha sofre tentativa de homicídio na capital

Ismael Araújo - Tentativa de homicídio misteriosa ocorrida na noite da última quinta-feira, 3, no bairro do Turu. Ricardo Santos da Silva, "Ricardinho" ou "Carioca", um dos arrolados no caso da morte do jornalista e blogueiro Décio Sá e dos um suspeitos no atentado contra o prefeito de Bom Lugar, Antônio Marcos Bezerra Miranda, em 2010, foi alvejado com sete tiros disparados por homens, não identificados até o momento pela polícia.

A assessoria de comunicação da Secretaria de Segurança Pública informou que a vítima circulava com um Corola, de placa NNF 8653, pela Avenida General Arthur Carvalho por volta das 19h30. Nas proximidades do hotel Le Barón, dois homens, em uma motocicleta efetuaram vários disparos contra Carioca que atingiram a perna, braços e a barriga.

O caso foi registrado no Plantão de Polícia Civil do Cohatrac, mas, será investigado pela equipe da Delegacia de Homicídios, sob a coordenação do delegado Jefrey Furtado.

Agiotagem e atentado - Carioca está com uma oitiva marcada para o dia 31 de janeiro e foi marcada pela juíza da 1ª Vara do Tribunal de Júri, Ariane Mendes Castro Pinheiro. De acordo com a polícia, ele tem ligação com os agiotas que articularam a morte do jornalista, ou seja, esteve reunido com Gláucio Alencar e os demais integrantes do grupo indiciado no caso.

A ligação entre eles, principalmente, com os agiotas Gláucio Alencar e Fábio Brasil remontam ao início do ano passado. A polícia ainda informou que Carioca é um dos principais empresários do ramo de caça-níqueis na capital e foi procurado por Gláucio Alencar quando este ficou sabendo que Fábio Brasil andava dizendo que mandaria lhe matar a qualquer momento. A reunião ocorreu no restaurante O Berro, no Araçagi.

Além disso, Carioca está sendo investigado no atentado contra o prefeito de Bom Lugar, Antonio Marcos Bezerra Miranda. A vítima foi baleada quando chegava ao posto Santo Antônio (BR-316), em Bacabal, para abastecer a sua caminhonete S-10 de cor preta. Ele foi surpreendido por dois motoqueiros que o abordaram e um deles disparou sua arma e atingiu o prefeito com três tiros que atingiram o pescoço, ombro e o tórax.

A vítima mesmo ferida tentou perseguir os pistoleiros, mas não resistiu e desistiu sentindo fortes dores. Marco Moura foi trazido para São Luís, de avião, e levado para o Hospital São Domingos, onde se submeteu a uma cirurgia para retirada dos projéteis. Na época, o documento do veículo Corsa utilizado no crime foi encontrado na casa de Carioca, no bairro Olho D'Água.

■ DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA AGORA
RESPONDE POR VIVA
CIDADÃO E FUNAC

ÚLTIMAS 7

■ DIREITOS HUMANOS

Mais responsabilidade

Secretaria de Direitos Humanos, além do Procon, agora abrange também a gerência do Viva Cidadão e Fundação da Criança (Funac). Secretária faz balanço positivo de 2012

A Secretária Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) fechou o ano de 2012 com saldo positivo na promoção, garantia e articulação das políticas públicas de Direitos Humanos e Assistência Social no Maranhão. A secretária Luíza Oliveira lembrou a importância do ano de 2012 para a Sedihc. "O ano foi fundamental, pois passamos por uma reformulação estrutural com a decisão do governo, que atribuiu à Sedihc a área da Assistência Social do Estado. A nossa responsabilidade aumentou, mas o nosso compromisso em dar a cada maranhense mais cidadania permaneceu o mesmo", enfatizou Luíza Oliveira.

Além do Procon, que já fazia parte da Secretaria, com a reestruturação, também ficaram sob responsabilidade da Sedihc a Gerência do Viva Cidadão e a Fundação da Criança (Funac). Todos os órgãos vinculados também apresentaram êxito em suas atividades de 2012.

Segundo Luíza Oliveira, grandes



Secretária estadual dos Direitos Humanos e Assistência Social, Luíza Oliveira, faz balanço positivo de sua atuação em 2012

projetos de promoção dos Direitos Humanos foram executados ano passado. A Caravana da Liberdade, em Codó; Ação de Enfrentamento ao Trabalho Infantil com a Caravana do Nordeste; Semana de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Galeria de Direitos Humanos, Seminário Acessibilidade em Cidades Históricas; Mostra de Cinema e Direitos Humanos; Cine Direitos Humanos nas Escolas; Implementação do Núcleo de Combate ao Tráfico de Pessoas; Mutirões do Registro Civil de Nascimento, além do I Encontro Estadual de Direitos Humanos do Maranhão, entre outros.

"No primeiro Encontro Estadual de Direitos Humanos foram discutidas, em palestras e oficinas, meios de validação do Programa Estadual de Direitos Humanos, etapa necessária para que o Maranhão possa seguir uma agenda nacional e internacional de discussões sobre o assunto", destacou Luíza Oliveira.

Em 2012, foram lançados o II Plano Estadual de Combate à Tortura e o II Plano Estadual de Combate ao Trabalho Escravo. As reuniões regulares da Comissão Estadual pela Erradicação do Trabalho Escravo também pautaram as discussões acerca das evoluções da temática durante todo o ano, sempre presidida pela secretária Luíza Oliveira.

Na área da Assistência Social, muitas conquistas, entre elas a aquisição de um veículo para o Conselho Estadual de Assistência Social. Foram realizados, entre eles, o II Encontro Regional de Monitoramento das ações da Política de Assistência Social nas Regionais de Balsas, Imperatriz e Barra do Corda.

Viva Cidadão

Em 2012, o Viva Cidadão atingiu a marca de mais de 21 milhões de atendimentos em todo o Maranhão. Criado em 1998, o Viva Cidadão passou, recentemente por uma transformação, se tornando uma Gerência, modelo administrativo do Executivo. A mudança deu mais autonomia aos Vivas que já comemoram os bons resultados, sobretudo, no atendimento prestado à população. Segundo pesquisa realizada ano passado pelo órgão, baseada em dados colhidos por quase 60 mil pessoas, 76,78% da população consideraram ótimo o atendimento nos Vivas. Já 21,89% classificaram o atendimento como bom e menos de 1,5% acharam o atendimento do órgão regular.

"O Governo do Estado está trabalhando para que o maranhense tenha cada vez mais acesso aos seus direitos, prova disso é o fortalecimento dos Vivas e o resultado do trabalho desempenhado pelas equipes.", destacou a secretária.

Procon

A nova sede da Gerência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) foi inaugurada, na rua do Egito, Centro, garantindo mais conforto e mais qualidade no serviço prestado aos consumidores. "Avançamos na qualidade da fiscalização e qualificamos cada vez mais o atendimento", destacou Luíza Oliveira. Em 2012, o Procon fez mais atendimentos do que todo os anos de 2011, 2010 e 2009. De acordo com dados do órgão e do Ministério da Justiça, só no ano passado foram realizados mais de 30 mil atendimentos em todas as unidades do Procon.

"Para se der uma ideia, durante todo o ano de 2011 foram pouco mais de 13 atendimentos, em 2012 passamos a casa dos 30 mil. Um avanço não só dos números, mas da abrangência do órgão, dando assim mais garantia aos consumidores maranhenses", informou o gerente do Procon, Kleber José Moreira.

Funac

Em 2012, a Fundação da Criança foi inaugurada a Moradia "Centro da Juventude Nova Jerusalém", localizada no Monte Castelo. No local, está sendo executado o programa de semiliberdade de socioeducandos em São Luís. De acordo com a secretária Luíza Oliveira, a nova moradia está em conformidade com a Lei 12.594, que institui as normas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). "A lei solicita que as unidades de semiliberdade funcionem em residências para permitir o acolhimento e efetuar os direitos humanos dos adolescentes. Na unidade, eles participam ainda da rotina da casa e da construção dos móveis, como camas e armários", afirmou a secretária. Em 2012, a Sedihc conseguiu aditar convênio com o Governo Federal, que assegura recursos para a construção de um Centro Socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei, na cidade de Imperatriz, região Sudoeste do Maranhão.

O ano foi fundamental, pois passamos por uma reformulação estrutural com a decisão do governo, que atribuiu à Sedihc a área da Assistência Social do Estado. A nossa responsabilidade aumentou, mas o nosso compromisso em dar a cada maranhense mais cidadania permaneceu o mesmo

Luíza Oliveira,
secretária estadual de Direitos Humanos

■ PAÇO DO LUMIAR

Aprovados serão chamados esta semana

MARCUS SALDANHA

A partir desta semana serão chamados para assumirem suas vagas os aprovados no concurso realizado pela Prefeitura Municipal de Paço do Lumiar em 2010. A medida de 17 de dezembro de 2011 é uma determinação do Ministério Público, assinada pela promotora Gabriela Brandão da Costa Tavernard, da 1ª Promotoria de Justiça de Paço do Lumiar.

Considerando que o concurso público ainda está em vigor, já que seu prazo de validade (um ano) foi prorrogado, conforme Decreto n. 1484, de 2 de março de 2012, a medida recomenda ao prefeito que: "Uma vez as-

sumindo a chefia do executivo municipal, providencie a exoneração de todos os funcionários contratados irregularmente pelo Município de Paço do Lumiar, bem como efetue a nomeação e a posse dos candidatos aprovados no certame dentro do número de vagas."

As contratações seguem suspensas também por determinação judicial. Dessa forma a prefeitura coloca em prática o projeto de enxugar a máquina administrativa e agir em consonância com o que determina a lei, já que anteriormente muitos cargos que de direito eram de concursados, estavam sendo ocupados por contratados.

A quantidade de pessoas e a data de apresentação dos aprovados no certame serão determinadas após o recadastramento que o município começa a fazer já nesta segunda-feira.

❖❖ Meu amigo, a assessoria 'sexo frágil' do 'deputado-ex-presidente' 'aprontou'!!! O chefe mandou fazer uns cartões de Natal para enviar a colegas de parlamento, juízes, desembargadores..., e adivinha o que aconteceu????!!! Rapaz, trocaram tudo..., quem era desembargador 'virou' juiz, quem era juiz 'virou' desembargador...!!! Pense numa 'bagaceira'!!! Precisava ver o 'assessor alado' e '43...zinho' correndo de um lado para o outro, sem saber o que fazer, tentando consertar as coisas!!! O assessor só faltou perder as asas de tanto 'corre-corre'!!! É isso que dá ficar o tempo todo no computador 'bisbilhotando' calçado, roupa, bijuteria...!!!

PEDREIRAS

Juizado inicia Correição Geral Ordinária na próxima terça-feira

O Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras inicia, na próxima terça-feira (8), às 8h, na Sala de Audiências da unidade, Correição Geral Ordinária. O encerramento da Correição está marcado para o dia 17 do corrente, às 18h.

A medida consta de Portaria editada pelo titular da comarca, juiz Luiz Carlos Licar Pereira, no último dia 20 de dezembro.

No documento, o magistrado determina que a Secretaria Judicial seja oficiada no sentido de que “todos os processos em tramitação na comarca, inclusive os que estão com advogados, estejam na respectiva Secretaria até a data da abertura da Correição”. A exceção fica por conta dos processos em grau de recurso. As sugestões e reclamações devem ser feitas à secretária designada para os trabalhos correicionais.

Consta da portaria que representantes do Ministério Público e OAB devem ser convidados para acompanhar o trabalho desde o início até o encerramento. Demais autoridades e advogados residentes na comarca serão convidados para a abertura e encerramento da Correição.

❖❖ Após três meses de esforço concentrado, pelo projeto “Pautas Paralelas”, as quatro Varas do Tribunal do Júri da Comarca de São Luís (MA) comemoram resultado.

❖❖ **O projeto teve o objetivo de agilizar o julgamento de ações penais de crimes contra a vida ajuizadas antes de 2008, cumprindo, até o último dia 31 de dezembro, a Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), proposta pelo Conselho Nacional de Justiça.**

Os erros crassos do judiciário

Parte 23: O Ano Novo próspero de justiça efetiva

FRANCISCO XAVIER DE SOUSA
FILHO*

O Poder Judiciário, independente e harmônico com os outros Poderes da União, não pode conviver com arbítrios, exceções, abusos, ilegalidades e inconstitucionalidades, em seus julgamentos, dando razão a quem se distancia de um só fiapo de direito. É de respeito, obrigação e dever o cumprimento das leis. Até pelo juramento constitucional da elevada e nobre função pública da magistratura, cujo norte é o obediência da Constituição Cidadã.

Mas, no acompanhamento e análise dos julgamentos tortos, injustos, capengas e desonestos, eles aparecem com nenhuma fundamentação plausível e jurídica, que, muitas delas, estão acimadas do vício de suspeição, por interesse na causa, artigo 135-V do CPC, ao livrar poderosos da condenação certa, por seus atos ilícitos cometidos costumeiramente, que a jurisprudência do STJ (Superior Tribunal de Justiça) repudia (AgRg na Ex-Susp 103/PR, Rel. Min. Arnaldo Esteves, 1ª Seção, DJe 18/03/2011), como tantos outros julgamentos comprometidos com a ordem jurídica republicana.

Nenhum juiz, desembargador ou ministro deve temer por sua suspeição arguida, na condução do processo. Se seus atos jurisdicionais são reputados dignos, justos, sérios, honestos, lúdimos e corretos, na cautela jurisdicional de salutar emprego das leis e normas constitucionais, com as jurisprudências já consagradas, sem favorecimento a nenhuma das partes, nada há a temer sobre a sua conduta exemplar, irreparável e bela, por fazer justiça condignamente saudável. No caso de a lei a aplicar esteja viciada de injustiça, detém o poder jurisdicional, de ofício, em declarar inconstitucional a lei mal elaborada e aprovada, de benesses a poderosos e certas classes, por interesses dos legisladores,

com prejuízos à sociedade, em afronta ao Estado Democrático de Direito. Do mesmo modo, tem o dever de julgar a arguição de inconstitucionalidade levantada por uma das partes, apesar de haver o desprezo, como se fosse incorrigível e verdadeiro dono da razão.

Por isso, nós, senhores advogados (as) e cidadãos (ãs) desse Brasil velho de tantas injustiças não só sociais, temos que agradecer a Deus por mais um ano novo, para reivindicar os nossos direitos, por ilícitos de toda espécie praticados geralmente pelos grandes e poderosos. E só ocorrem por confiarem na Justiça, por indenizações irrisórias, vergonhosas e injustas, deixando o jurisdicionado mais constrangido e decepcionado – quando não ficam livres das penalidades.

Aliás, os magistrados afastados por condenações indenizatórias vultosas e significativas contra os grandes e poderosos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) até hoje estão devendo a sociedade se as decisões foram, de fato e de direito, arranjadas pelos julgadores(as), com ilicitude. Ou as decisões deviam ser cumpridas e respeitadas pelo trânsito em julgado. Do mesmo modo, as decisões desfavoráveis, de ilicitudes bem claras, contra os pequenos, merecem as punições devidas, por não haver a reforma aguardada pelos tribunais, inclusive superiores, num corporativismo de fazer inveja ou tentação aos magistrados (as) dignos e honestos, por suas decisões imutáveis.

Em recente ocorrência, neste final de ano, o juiz do proc. 14.293/01, com o Ag. 27.954/12 oposto, desconheceu a boa e íntegra aplicação dos artigos 162 § 1º e 269-I do CPC, na nova redação dada pela Lei 11.232/05, da reforma processual, que a coisa julgada material se realizou, pela decretação da revelia, com o mérito da questão resolvido, cuja força executiva se firmou

pela sentença interlocutória, para o pagamento da obrigação exequenda. Só que antes houve o prejulgamento, para devolver o depósito efetuado, sem inclusive quererem entregar os autos ao advogado, por ordem da assessora, para apresentar a defesa sobre uma petição preclusa ao se exigir sentença para a execução, fazendo-se desconhecer as novas redações dos preceitos legais da reforma processual. Após a defesa e o agravo ainda não julgado, houve a decisão arbitrária, ilegal, com abuso de poder, para devolver o dinheiro ao banco, pertencente ao advogado pelo trânsito em julgado da decisão judicial, que será objeto de artigo a respeito. O pior. O secretário depois ordenou a não entrega dos autos para a promoção do agravo – apenas em carga rápida –, com a proibição de gerar custas, para o recebimento da certidão da intimação, o que possibilita a representação ao CNJ e CGJ, para que tome as providências devidas de correção. Julgador (a) nenhum tem o poder e autoridade de humilhar a coisa julgada. Em vista disso, as férias do advogado devem acabar, pois servem muito mais a dar férias a magistrados e servidores, que já gozam desse direito.

De vergonhosas decisões, com erros crassos do Judiciário, podemos elencar os divulgados neste conceituado matutino nos 22 artigos publicados, como os anteriores, que sinalizam a instar que as decisões judiciais compareçam em respeito às leis, às normas constitucionais e às jurisprudências uniformes consagradas. É inconcebível que o julgador (a) decida a seu modo pessoal, sem punição alguma, retirando do pequeno e humilde o seu direito pela lesão havida, cujos tribunais superiores ainda não reformam as decisões, de erros crassos e teratológicos, em menosprezo às peças recursais inteligíveis e reais ao direito, dando eficácia a inconstitucionalidade do decisor, em afronta aos princípios

constitucionais do artigo 93-IX e 97, com ainda a Súmula Vinculante 10 do STF, de nenhum valor jurídico a arguição, para a declaração da inconstitucionalidade da decisão fora da lei e absurda. É, pois uma decisão ilícita, passível de apuração de vários crimes, inclusive por parte de advogado ao buscar os delitos em suas petições criminosas, levando a erro ao julgador (a). Não por aquele (a) no interesse na causa, para não ofender a poderoso. Ou por raiva e inveja em mandar pagar os honorários ou indenizações, como se fosse um favor jurisdicional, apesar de ter por dever e obrigação de aplicar correta e honestamente as leis, nas condenações legais.

A Justiça, pois é sempre uma, certa, imutável e eterna, que Deus não permite a convivência com os maus: “Os olhos do Senhor estão em toda parte, observando atentamente os maus e os bons” (Provérbios 15.3).

Nesse circo armado de discórdia jurídica sempre favorável a poderoso, urge que os cidadãos exijam dos senadores e deputados que aprovelem leis sensatas e claras, com sanções rigorosas aos descumpridores das leis e normas constitucionais, sobretudo pelos julgadores (as), para que a sua soberania e autoridade seja reconhecida também pelos grandes e poderosos. Não deixem que impunidade dos ilícitos processuais se iguale aos impunes homicídios, assaltos, tráfico de drogas e outros crimes bárbaros e hediondos, cuja vida humana não vale mais nada para os bandidos e pessoas de índoles más.

Afinal, em vestimenta nova no ano novo, devemos perseguir os novos caminhos bons e saudáveis, na renovação do conhecimento à imagem do nosso Criador: “Você já se despiram do velho homem com as suas práticas e se revestiram do novo, o qual está sendo renovado em conhecimento à imagem do seu Criador” (Colossenses 3.8-10).

*Advogado.